PORTFÓLIO DA EXPOSIÇÃO

ELEIÇÕES E POVOS

INDÍGENAS

18 DE ABRIL A 18 DE JULHO DE 2023

BRASÍLIA
TSE
2023

© 2023 Tribunal Superior Eleitoral
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70095-901
Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência
José Levi Mello do Amaral Júnior

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal
Rui Moreira de Oliveira

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações
Washington Luiz de Oliveira

Unidades responsáveis
Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC)
Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom)

Capa e projeto gráfico
Rauf Soares e Wagner Castro
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Diagramação
Wagner Castro
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão
Tatiana Fraga e Paula Lins
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

Impressão e acabamento
Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Presidente
Ministro Alexandre de Moraes

Vice-Presidente
Ministra Cármen Lúcia

Ministros
Ministro Nunes Marques
Ministro Benedito Gonçalves
Ministro Raul Araújo
Ministro Ramos Tavares
Ministro Floriano de Azevedo Marques

Procurador-Geral Eleitoral
Augusto Aras

Inaugurada em 18 de abril de 2023, no Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, a exposição fotográfica Eleições e Povos Indígenas apresenta ao público informações sobre a participação política e eleitoral dos povos indígenas e as iniciativas da Justiça Eleitoral para levar os serviços eleitorais a localidades indígenas de difícil acesso, principalmente. O fio condutor da mostra é o documentário produzido em 2021 pela Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom) do TSE, intitulado *Seção 37: a urna chega ao povo Marubo*.

A mostra, preparada em conjunto pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC) e pela Secom, contou com o apoio de unidades do Tribunal e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A exposição faz parte do projeto Justiça Eleitoral: democracia em todo lugar e para todos povos.

Criança de etnia Marubo enfeitada com adornos dentro de maloca localizada na aldeia Maronal, terra indígena Vale do Javari (AM), 2021.
Foto: Antonio Augusto – TSE

Tribunal Superior Eleitoral

APRESENTAÇÃO

Em 1500, ao chegarem na terra que mais tarde seria chamada Brasil, os integrantes da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral pisaram em solo considerado sagrado pelos habitantes que aqui viviam. Antes donos da terra, os povos originários enfrentam hoje realidade muito diferente: a população indígena no Brasil está reduzida a menos de 900 mil indivíduos, pertencentes a 305 etnias distintas.

Reproduzindo os costumes portugueses de eleger os representantes das cidades que fundavam, os novos donos da terra passaram a tomar as decisões, diminuindo a autonomia dos povos indígenas. O jovem Brasil realizou, em 1532, a primeira votação para eleger os membros do Conselho Municipal da Vila de São Vicente, na baixada santista.

De lá para cá, o direito de votar e ser votado passou por muitas mudanças, que incluíram restrições, ampliações e mesmo cerceamento de direitos políticos. A criação da Justiça Eleitoral em 1932 representou o efetivo empenho para garantir o acesso pleno do direito ao voto a partir de uma série de ações e inovações legislativas e constitucionais que, com o tempo, permitiram a inclusão de extratos sociais minorizados, como as mulheres, os analfabetos e as populações indígenas.

A inclusão das populações indígenas deu-se de forma lenta. Somente com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a autonomia desses povos, a Justiça Eleitoral passou a atuar de forma mais assertiva para aplicar medidas garantidoras do acesso à cidadania, respeitando as tradições e a autonomia de cada povo.

Nesse contexto, a presente exposição apresenta a relação das pessoas indígenas com as eleições conduzidas pela Justiça Eleitoral, ao votar e serem votadas, com destaque à inclusão do povo indígena Marubo nas eleições gerais de 2022. O conteúdo exposto busca homenagear a luta dos povos indígenas por representatividade, bem como o esforço empreendido por esta Justiça Especializada para que a Constituição seja usufruída, sem distinção, pela totalidade da população brasileira.

Tribunal Superior Eleitoral

CF/1988, art. 231 (caput): *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Somente a partir da promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, houve o reconhecimento legal da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e tradições e dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente os indígenas ocuparam. Retirou-se a intenção – expressa em dispositivos legais anteriores – de aculturá-los. A escolha de prever legalmente a integração dos indígenas à sociedade demonstra problema muito grave: o de não os reconhecer como indivíduos dotados de capacidade para realizar suas próprias escolhas.

Portanto, os últimos 35 anos têm sido de muita luta para fazer valer o que está escrito na Carta Magna. Sob a perspectiva da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais têm atuado para facilitar o acesso dos povos indígenas ao alistamento e ao voto. Diversas iniciativas estão sendo materializadas no sentido de levar a Justiça Eleitoral às comunidades, com o intuito de dar aos indígenas tratamento parecido ao oferecido à população urbana em geral.

Servidoras da Justiça Eleitoral em atendimento a indígenas da etnia Krikati, em cartório improvisado na comunidade de São José, na região de Montes Altos (MA), por ação do TRE/MA e TJMA, 2022.
Foto: Ribamar Pinheiro – TJMA

Homem indígena fornece dados biométricos para cadastro eleitoral em comunidade na região de Tabatinga (AM), 2020.
Foto: Acervo TRE/AM

Em força-tarefa da Justiça Eleitoral do Amazonas, colaboradores transportam urnas eletrônicas às margens do Rio Negro, em Manaus (AM), 2020.
Foto: Acervo TRE/AM

Entre as ações inclusivas fomentadas pela Justiça Eleitoral, destaca-se uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE/TO). Para as eleições de 2020, o TRE/TO elaborou e publicou quatro cartilhas bilíngues voltadas à população indígena do estado. Os textos foram produzidos nas quatro línguas-mães dos indígenas do Tocantins: Meri, falada pelo povo Krahô; Akwê, falada pelo povo Xerente; Panhi, falada pelo povo Apinajé; e Yny, falada pelos povos Karajá, Javaé e Xambioá.

A ação faz parte do Programa Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do Tocantins, instituído como programa permanente do TRE/TO em 2019.

As cartilhas exemplificam como a Justiça Eleitoral atua para garantir aos povos indígenas os direitos constitucionalmente assegurados a toda população brasileira.

Indígena da etnia Xerente lê cartilha informativa da Justiça Eleitoral em língua originária, na Ilha do Bananal (TO), 2022.
Foto: Lucas Nascimento – TRE/TO

Jovem indígena guarani faz simulação de voto em urna eletrônica na comunidade Jaraguá, em São Paulo (SP), 2022.
Foto: Acervo TRE/SP

População em comunidade indígena no norte do Amazonas observando computadores e telefones utilizados para transmissão de dados da Justiça Eleitoral, 2020.
Foto: Acervo TRE/AM

Servidor da Justiça Eleitoral fornece informações para população indígena em comunidade na Ilha do Bananal (TO), 2021.
Foto: Acervo TRE/TO

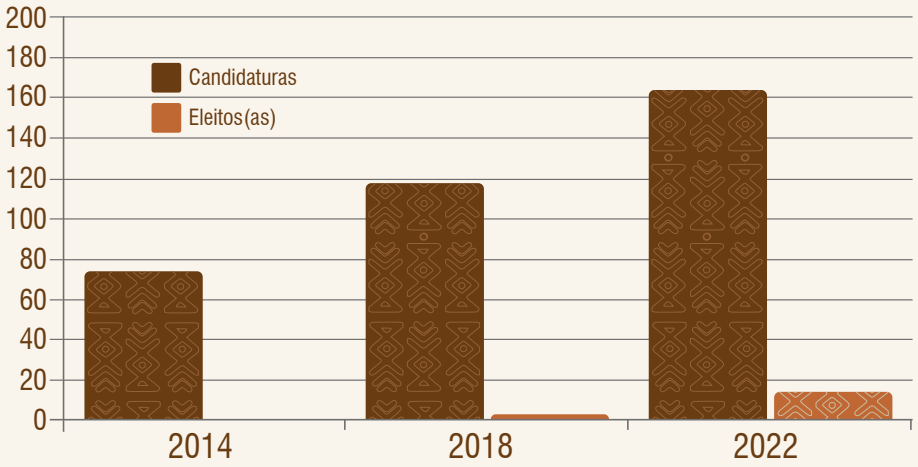
MARCOS INDÍGENAS

- O primeiro indígena eleito no Brasil foi Manoel dos Santos, seu Coco, do povo Karipuna, em 1969. Ele cumpriu mandato como vereador na cidade de Oiapoque (AP).
- Em 1976, o Cacique Angelo Kretã foi vereador na Câmara Municipal de Mangueirinha (PR).
- Mario Juruna foi o primeiro indígena a ocupar o cargo de deputado federal, em 1982.
- O primeiro prefeito indígena eleito foi João Neves, do povo Galibi-Marworno, no ano de 1996, no Município de Oiapoque (AP).
- A partir de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou a inclusão do registro de cor/raça de candidatas e candidatos.
- Em 2016, concorreram às eleições municipais 1.715 indígenas. Desse total, foram eleitos(as) 169 vereadoras ou vereadores, 6 prefeitas ou prefeitos e 10 vice-prefeitas ou vice-prefeitos.
- Em 2018, Joenia Wapichana foi a primeira mulher indígena eleita deputada federal e, pela primeira vez, ocorreram duas candidaturas indígenas para o cargo de vice-presidente da República: Sonia Guajajara e Hamilton Mourão, tendo sido este eleito, tornando-se o primeiro indígena empossado como vice-presidente da República no Brasil.
- Em 2019, pela primeira vez, um indígena, Hamilton Mourão, exerceu interinamente a Presidência da República, por ocasião da viagem do titular a Davos, na Suíça.
- Em 2022, na Bahia, Jerônim Rodrigues foi o primeiro indígena diplomado governador de estado, e dois indígenas foram eleitos, pela primeira vez, senadores da República, Hamilton Mourão e Wellington Dias.

CANDIDATURAS INDÍGENAS

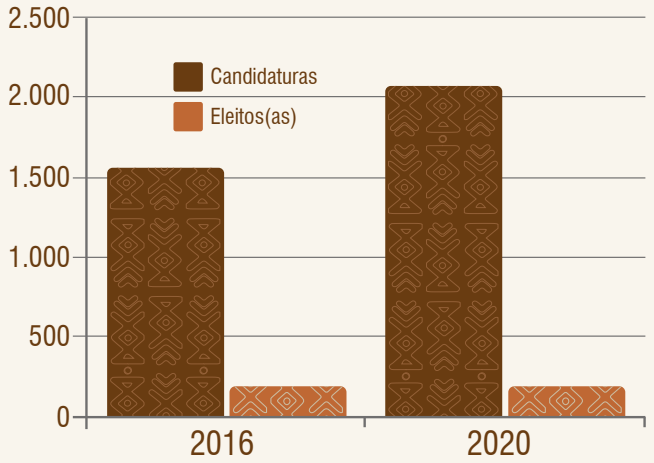
A Justiça Eleitoral passou a coletar dados de cor e raça das candidatas e dos candidatos somente a partir das eleições gerais de 2014. Desde então, observa-se crescimento contínuo das candidaturas indígenas[1] tanto nas eleições gerais como nas municipais. Confira nos gráficos abaixo:

Eleições gerais – evolução de candidaturas indígenas



[1]Os dados referem-se a candidaturas deferidas pela Justiça Eleitoral.

Eleições municipais – evolução de candidaturas indígenas

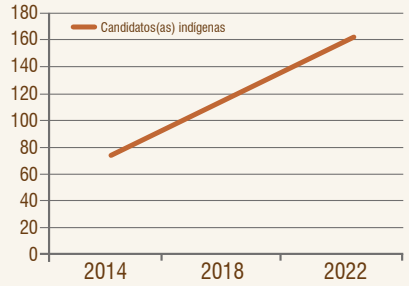


Desde que se iniciou a coleta de dados de cor e raça, tem-se percebido considerável aumento tanto no número de candidaturas quanto no total de pessoas indígenas eleitas. Nas eleições gerais, o número de candidaturas mais que dobrou entre 2014 e 2022, e o número de pessoas indígenas eleitas foi multiplicado por dez. Nas eleições municipais, notou-se aumento de 29,21% nas candidaturas indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. No mesmo período, o total de pessoas indígenas eleitas cresceu 8,69%.

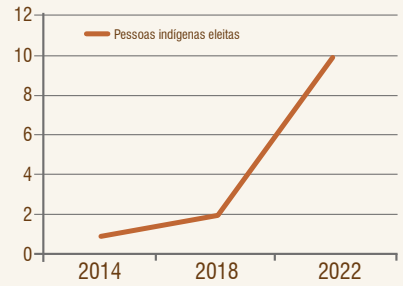
	CANDIDATAS/ CANDIDATOS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS	ELEITOS(AS)	% DO TOTAL DE ELEITOS(AS)
2014	74	0,34	1	0,06
2016	1.554	0,33	184	0,27
2018	118	0,45	2	0,11
2020	2.069	0,39	200	0,29
2022	164	0,62	10	0,58

ELEIÇÕES GERAIS

Candidatas/candidatos indígenas

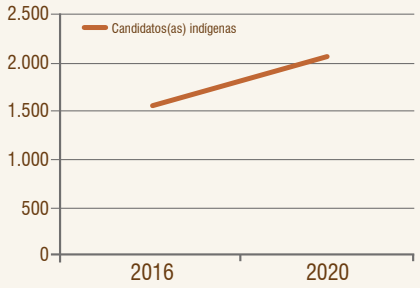


Pessoas indígenas eleitas

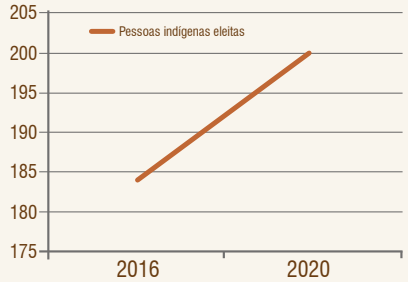


ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Candidatas/candidatos indígenas



Pessoas indígenas eleitas



Mulheres da etnia Marubo, da aldeia Maronal, andam pelo pátio, após buscarem água no rio dentro da comunidade, na região do Vale do Javari (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Servidor da Justiça Eleitoral do Amazonas realiza coleta biométrica de homem indígena em comunidade na região de Tabatinga (AM), 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

INDÍGENAS EM MANDATO ELETIVO

Eleições 2020: foram eleitos(as) oito indígenas para o cargo de prefeito.

- Benisio Sousa – Uiramutã (RR)
- Clovis Curubão – São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Isaac Piyako – Marechal Thaumaturgo (AC)
- Ivan Lopez – Arroio Grande (RS)
- Jair Xakriabá – São João das Missões (MG)
- Lili Oliveira – Marcação (PB)
- Tony de Campinhos – Pariconha (AL)
- Wenston Raposo – Normandia (RR)

Outros(as) 182 indígenas se elegeram para o cargo de vereador em diversas localidades do país.

Eleições 2022: a Bahia teve o primeiro governador autodeclarado indígena da história do Brasil. Juntamente com ele, outras sete pessoas indígenas foram eleitas para o Congresso Nacional, duas para o cargo de senador e cinco para o cargo de deputado federal. Também outras duas candidaturas indígenas foram escolhidas para o cargo de deputado estadual.

Governo de estado

Jerônimo Rodrigues – Bahia

Senado Federal

Wellington Dias – Piauí

Hamilton Mourão – Rio Grande do Sul

Câmara dos Deputados

Silvia Waiãpi – Amapá

Célia Xakriabá e Paulo Guedes – Minas Gerais

Sônia Guajajara e Juliana Cardoso – São Paulo

Assembleias legislativas

Lucinio Assumção – Espírito Santo

Amanda Armelau – Rio de Janeiro

Agentes da Justiça Eleitoral atendem eleitores em cartório itinerante na Escola Municipal Augusto José Monteiro, na região de Afuá (PA), para a realização de cadastro eleitoral, 2022.
Foto: Thalles Puget – TRE/PA

Americo da Silva, Marubo, 41 anos, após ter seu título eleitoral emitido pela Justiça Eleitoral, 2021.
Foto: Antonio Augusto – TSE

Indígenas da comunidade Cajueiro, na região de Paragominas (PA), posam com as cartilhas da Justiça Eleitoral *Programa Eleitor do Futuro* e *Segurança do Processo Eleitoral*, 2022.
Foto: Acervo TRE/SP

Jovem indígena Kanamari faz coleta biométrica em ação da Justiça Eleitoral, em comunidade localizada na região entre Tabatinga e Atalaia do Norte (AM), 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

Servidor da Justiça Eleitoral fornece informações para população indígena em comunidade na Ilha do Bananal, Tocantins, 2021.

Foto: Acervo TRE/TO

Servidora da Justiça Eleitoral realiza a coleta biométrica de ancião indígena na localidade de Tabatinga (AM), região amazônica próxima à fronteira com o Peru e a Colômbia, 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

Crianças indígenas, futuros eleitores, brincam em frente às malocas em área indígena da região de Tabatinga, no extremo oeste do Estado do Amazonas, 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

Meninas e meninos indígenas brincam e apontam o dedo polegar em alusão à ação de coleta biométrica, em Tabatinga (AM), 2020.
Foto: Acervo TRE/AM

Dodani Krahô, liderança indígena do povo Krahô, da Aldeia Manoel Alves, Ilha do Bananal (TO), observa urna eletrônica em funcionamento durante teste, 2021.

Foto: Lucas Nascimento – TRE/TO

Desembargadora do TRE/PA, Luzia Nadja Guimarães Nascimento, em dança típica com indígenas dos povos Guajá, Ka'apor e Tembé, durante atendimento itinerante na aldeia Cajueiro, na região de Paragominas (PA), 2022.

Foto: Thalles Puget – TRE/PA

Naldo Carneiro Tembé, indígena da etnia Tembé, durante atendimento itinerante na aldeia Cajueiro, na região de Paragominas (PA), 2022.

Foto: Thalles Puget – TRE/PA

Mulheres da etnia Marubo aguardando para realizar cadastro eleitoral na aldeia Maronal, Vale do Javari (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Indígena utilizando a urna eletrônica em região do Estado do Tocantins, 2021.

Foto: Acervo TRE/AM

Indígenas da etnia Matis após simulação de voto em urna eletrônica, 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

Mulher adornada com colares do seu povo e com seu título eleitoral na mão, 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Welcineia Teodoro, mulher indígena de Tabatinga (AM), região do Alto Rio Solimões, no extremo norte do estado, exibindo seu título eleitoral, 2020.

Foto: Acervo TRE/AM

Militares e colaboradores da Justiça Eleitoral, em frente a helicóptero, posando junto a urnas eletrônicas a serem enviadas para a região de Tabatinga e Vale do Javari (AM), 2020.

Foto: Acerto TRE/AM

James Marubo, 40 anos, orgulhoso em apresentar seu título eleitoral, 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Ancião Alfredo Marubo *(in memoriam)*, 83 anos, dentro de maloca da Aldeia Maronal, Vale do Javari (AM), apresentando seu primeiro título eleitoral entregue durante ação de instalação da Seção Eleitoral nº 37, 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

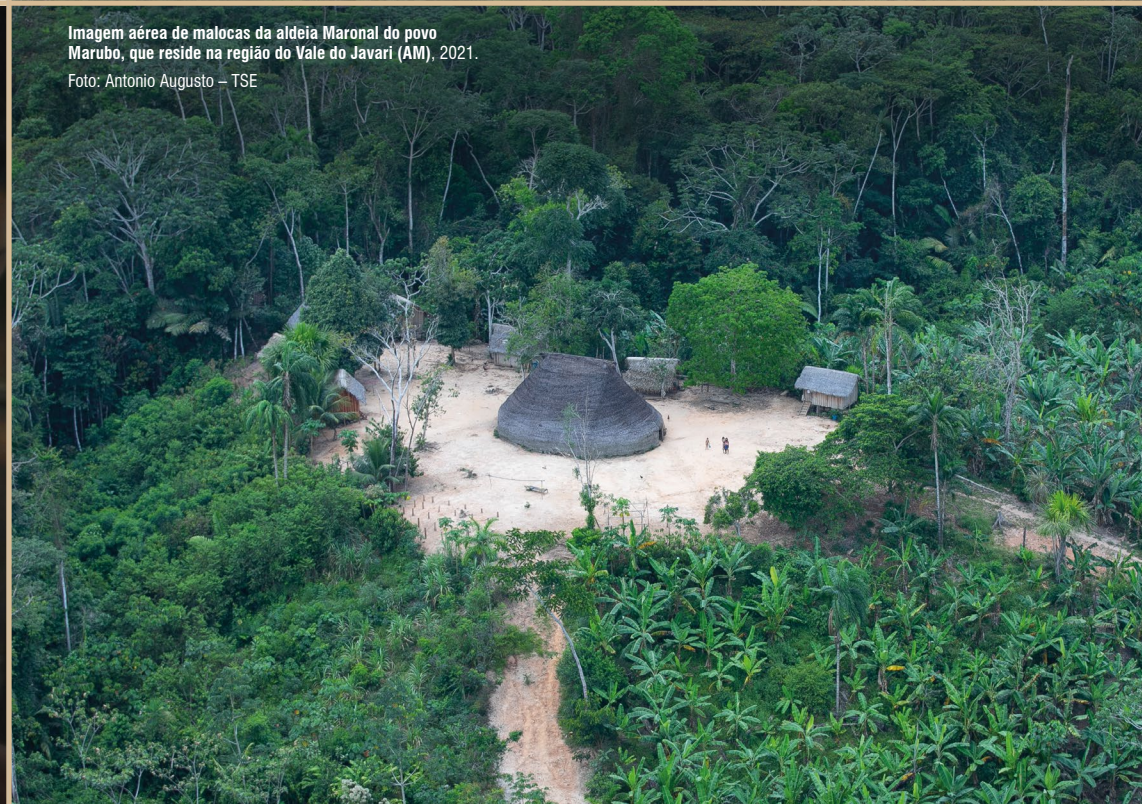


Imagem aérea de malocas da aldeia Maronal do povo Marubo, que reside na região do Vale do Javari (AM), 2021.

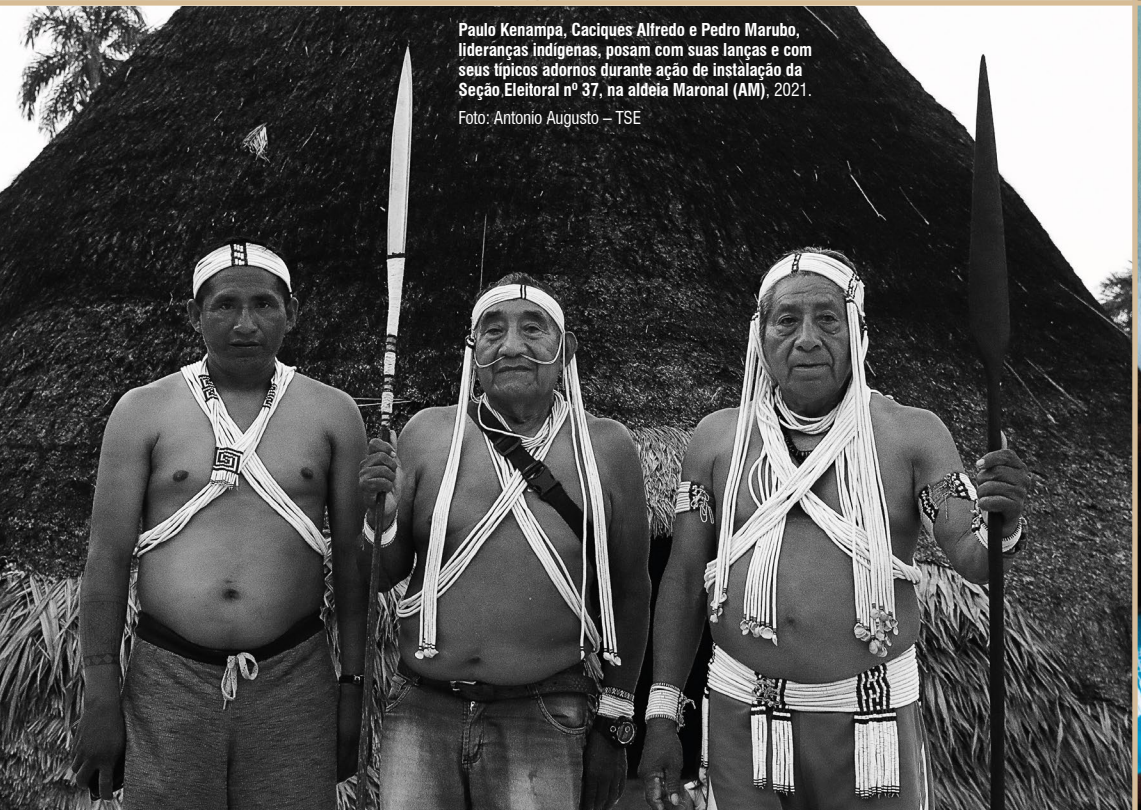
Foto: Antonio Augusto – TSE

Mulheres Marubo, enfeitadas, aguardam para realizar o cadastro eleitoral e retirar o título eleitoral, na aldeia Maronal, na região do Vale do Javari (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Indígenas Marubo pintados e adornados dentro de maloca tocando instrumento típico "Trocano" na comunidade Maronal, Vale do Javari (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE



Paulo Kenampa, Caciques Alfredo e Pedro Marubo, lideranças indígenas, posam com suas lanças e com seus típicos adornos durante ação de instalação da Seção Eleitoral nº 37, na aldeia Maronal (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Servidora do TRE/AM, Jucinara Moraes, faz coleta de impressão digital de mulher Marubo em cartório provisório na aldeia Maronal, Vale do Javari (AM), 2021.

Foto: Antonio Augusto – TSE

Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista ao documentário.

De 21 a 23 de setembro de 2021, a equipe de Comunicação do TSE acompanhou a instalação de uma seção eleitoral na aldeia Maronal, comunidade que vive na Terra Indígena do Vale do Javari, na fronteira do Brasil com o Peru, a mil quilômetros de Manaus (AM).

A criação do novo local de votação deu origem ao documentário *Seção 37: a urna chega ao povo Marubo,* que está no ar no canal do TSE no YouTube. O filme retrata detalhes da operação montada para garantir o pleno exercício da cidadania à comunidade.

FICHA TÉCNICA

Realização

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

Secretaria de Comunicação e Multimídia
Giselly Siqueira

Projeto curatorial e redação

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

Coordenadoria de Biblioteca e Museu
Eveline Lucas

Seção de Museu
Admilson Júnior e Heraldo Botelho

Idealização, pesquisa de dados e seleção de imagens

Secretaria de Comunicação e Multimídia
Giselly Siqueira e Tiago Pegon

Coordenadoria de Audiovisual
Inorbel Viegas

Coordenadoria de Imprensa
Laura Gracindo

Coordenadoria de Mídias e Web
Fábia Galvão e Daniel Herold

Editoração

Coordenadoria de Editoração e Publicações
Washington Oliveira e Isabella Sinotti

Revisão de textos

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos
Tatiana Fraga e Paula Lins

Projeto expográfico

Seção de Editoração e Programação Visual
Paulo Nicolini, Rauf Soares, Maykon Yamamoto e Wagner Castro

Execução gráfica e cenográfica

Seção de Serviços Gráficos
Leila Maia, Wellington Sampaio, Arivaldo França, Bruno Soares, Camila Abreu, Gilmar Almeida, Raimundo Borges, Sérgio Máximo e Sérgio Motta

Empresa Octopus
(Contrato-TSE nº 19/2022)

Apoio

Assessoria de Inclusão e Diversidade
Samara Pataxó, Eliane Alves e Jândria Santos

Secretaria de Tecnologia da Informação
Julio Valente e Adilson Santos

Secretaria de Administração
Adaíres Lima, Ivaldo Júnior, Ana Lúcia Zeredo, Jair Altino Júnior, Milton Furtado, Francisco Raupp, Isadora Dias, Marco Antonio Sousa e Felipe Leite

Agradecimentos

Tribunais Regionais Eleitorais
TRE/AM, TRE/MA, TRE/MG, TRE/PA, TRE/PB, TRE/RO, TRE/SP e TRE/TO

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ELEIÇÕES E POVOS INDÍGENAS NO TSE

EXPOSIÇÃO NA MÍDIA

TSE lança na terça (18) exposição “Eleições e Povos Indígenas”

Mostra fotográfica na sede do Tribunal retrata as ações da Justiça Eleitoral para garantir a cidadania em diversas comunidades indígenas do país.

Tribunal da Democracia inaugura exposição “Eleições e Povos Indígenas”

Mostra ficará montada no Foyer do TSE e poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h.

TSE inaugura exposição “Eleições e Povos Indígenas”

YouTube: justicaeleitoral.

Clica e Confirma: inauguração da exposição “Eleições e Povos Indígenas” é destaque do programa

Abril Indígena: iniciativas do TSE buscam a inclusão dos povos tradicionais nas eleições

Mudanças no cadastro eleitoral, exposição fotográfica e nomes de versões de *softwares* da urna eletrônica são algumas das ações recentes.

TSE e os povos indígenas

YouTube: justicaeleitoral.

TSE
TSE
TSE

JUSTIÇA ELEITORAL
INÍCIO DA VOTAÇÃO
IDENTIFIQUE O ELEITOR

CARTILHA BILÍNGUE
INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS
Povo Akwẽ
Xerente
CARTILHA BILÍNGUE
INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS
Povo Iny
Karajá - Javaé - Xambioá
JUSTIÇA ELEITORAL
FIM

Tribunal
Superior
Eleitoral
ELEIÇÕES E POVOS
INDÍGENAS
Tribunal
Superior
Eleitoral

FIM
JUSTIÇA
ELEITORAL
TSE

Tribunal Superior Eleitoral
ELEIÇÕES E POVOS
INDÍGENAS
Tribunal Superior Eleitoral
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Indígenas da comunidade Cajueiro, na região de Paragominas (PA), posam com as cartilhas da Justiça Eleitoral Programa Eleitor do Futuro e Segurança do Processo Eleitoral, 2022.
Foto: Acervo TRE/SP

TSE
TSE
TSE

Tribunal Superior Eleitoral
ELEIÇÕES E POVOS
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Desembargadora do TRE/PA, Lucia Nadja Guimarães Nascimento, em dança típica com indígenas dos povos Gurjá, Ka'apor e Tembé, durante atendimento itinerante na aldeia Cajueiro, na região de Paragominas (PA). 2022.
Foto: Thalles Puget - TRE/PA

Tribunal
Superior
Eleitoral